

EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS PARA OBRAS E/OU REFORMAS QUE GERAM IMPACTO AMBIENTAL

1. A OBRA SÓ PODERÁ SER INICIADA APÓS A EMISSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL DA OBRA;
2. A CONTRATADA DEVERÁ OBEDECER À TODAS CONDICIONANTES E RESTRIÇÕES DESCRITAS NA LICENÇA DE OPERAÇÃO DO CAMPUS SEDE UFSM – LO 00951/2020;
3. A CONTRATADA DEVERÁ OBEDECER À TODAS CONDICIONANTES E RESTRIÇÕES QUE SERÃO EXIGIDAS NA LICENÇA AMBIENTAL DA OBRA.
4. PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DAS OBRAS CIVIS
 - a) Planta do(s) canteiro(s) de obras, informação acerca da necessidade de banheiros químicos, plantas dos locais de abastecimento e manutenção de veículos e armazenamento de combustíveis, acompanhada de concepção das rampas, drenagem periférica e estruturas associadas;
 - b) Plano de medidas de prevenção, contenção e monitoramento de processos erosivos e de assoreamento de recursos hídricos com localização em planta dos sistemas de drenagem provisórios e permanentes, locais vulneráveis e medidas específicas a serem adotadas;
 - c) Projeto executivo de corte/aterro da área incluindo a especificação dos volumes, tipologia e origem dos materiais a serem movimentados nos trabalhos de terraplanagem;
 - d) Programa de treinamento a ser aplicado com os trabalhadores quanto à mitigação dos impactos com cronograma de execução. O programa será elaborado pela UFSM e aplicado pela contratada;
 - e) Obedecer ao Programa de Supervisão Ambiental da implantação do empreendimento, seus métodos, atividades e frequência, elaborado pela UFSM, com objetivo de controle ambiental das obras, especificando um responsável técnico (c/ ART);
 - f) Caso seja necessária a utilização de explosivos para desmonte de rocha nos trabalhos de implantação do empreendimento, deverão ser apresentados os locais desta atividade, autorização expressa da autoridade competente, avaliação dos impactos ambientais esperados e medidas mitigadoras adotadas.
5. QUANTO À INTERVENÇÃO EM VEGETAÇÃO NATIVA E MANEJO FLORESTAL, SE NECESSÁRIO:

- a) É proibida a supressão de exemplares nativos e/ou ameaçados de extinção, sem a devida autorização prévia;
- b) É proibido o transporte de matéria-prima florestal para a comercialização sem a emissão do Documento de origem florestal - DOF/IBAMA;
- c) É expressamente proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a legislação vigente.

6. QUANTO ÀS OBRAS DE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO CIVIL, SE NECESSÁRIO:

- a) A localização do canteiro de obras, paiol de explosivos, áreas de abastecimento, armazenamento de óleos e combustíveis e outras estruturas auxiliares das obras civis não devem intervir em áreas de preservação permanente ou sobre vegetação arbórea nativa;
- b) As áreas de preservação permanente e os corpos hídricos devem ser protegidos do carregamento de material mineral oriundo da movimentação de solo e de processos erosivos, devendo ser tomadas no mínimo as seguintes medidas: i) estabilização das vias de circulação com recobrimento por pavimento provisório; ii) execução de calhas provisórias para o escoamento da drenagem pluvial com dissipador de energia nos pontos de lançamento; iii) execução de calhas nas cristas dos taludes; iv) estabilização imediata de taludes após sua conformação e implantação de poços de drenagem ou bacias de sedimentação para captura dos sedimentos;
- c) O uso de explosivos nas obras civis está condicionado à autorização de Plano de Fogo pelo órgão competente, devendo ser tomadas medidas que garantam a mitigação dos impactos ambientais, tais como: i) sinalização com placas informando horários de detonação; ii) restrição de circulação no local e iii) monitoramento periódico dos impactos decorrentes da pressão acústica, vibração e ultra lançamentos;
- d) A camada de solo deverá ser reservada para aproveitamento no terreno, devendo ser acondicionada em área fora das linhas de drenagem e devidamente protegida para não ser fonte de material carregável;
- e) Fica expressamente proibida a retirada de solo para locais fora da área da UFSM sem a autorização da CONTRATANTE;
- f) Os produtos químicos utilizados na construção civil (desmoldantes, impermeabilizantes, aditivos, adesivos, tintas, entre outros) devem ser acondicionados em locais que garantam a contenção de possíveis vazamentos durante sua estocagem;

g) O material excedente dos trabalhos de corte/aterro poderá ser utilizado na área do empreendimento, em locais ambientalmente adequados de acordo com a legislação vigente, e/ou destinado a locais licenciados;

h) O canteiro de obras deve ser dotado de infraestrutura de esgotamento sanitário, devendo ser conectado ao sistema de esgotamento sanitário municipal ou, na ausência desse, contemplar sistema local de tratamento ou coleta e destinação através de banheiros químicos;

Observação 1: caso o canteiro de obras seja dotado de sistema local de tratamento de esgoto, o mesmo deve ser projetado e operado conforme a ABNT NBR 7229 e NBR 13969;

Observação 2: os banheiros químicos devem ser coletados e transportados por veículos licenciados para a atividade de "Coleta e Transporte de Resíduos de Esgotamento Sanitário", devendo os resíduos serem destinados a local licenciado para o seu transbordo ou tratamento, sendo obrigatório o registro do Manifesto de Transporte de Resíduos e emissão de Certificado de Destinação Final, por meio do Sistema MTR Online;

i) No caso de haver previsão de atividades de abastecimento ou troca de óleo no local, o piso deverá ser provido de calhas para coleta de óleo e CSAO (caixa separadora de água e óleo) de acordo com a NBR 14605-2;

j) Em caso de necessidade de empréstimo de material mineral a ser utilizado nas obras do empreendimento, este deverá ser oriundo de local devidamente licenciado.

7. QUANTO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SE NECESSÁRIO:

a) O sistema de tratamento do esgoto sanitário deverá seguir todas as exigências ambientais feitas pelo Órgão Ambiental – FEPAM;

b) A escolha do sistema de tratamento de efluentes deverá seguir a Diretriz Técnica nº 05/2017, versão 2 de setembro de 2019 e Resolução CONSEMA nº 355/2017.

8. QUANTO AOS SONS E RUÍDOS, SE NECESSÁRIO:

a) Os equipamentos eletromecânicos geradores de ruídos (tais como geradores, conjuntos motor-bomba e compressores de ar) devem ser objeto de medidas acústicas para manter os ruídos em conformidade com a Resolução CONAMA nº 01/1990;

b) Os níveis de ruído gerados pelas atividades do empreendimento deverão atender aos padrões estabelecidos pela ABNT NBR10151 e suas atualizações, conforme Resolução CONAMA nº 01 de 1990.

9. QUANTO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS, SE NECESSÁRIO:

- a) Os resíduos da construção civil devem ser geridos conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil da UFSM, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, devendo o responsável técnico preencher trimestralmente as informações de movimentação na Declaração de Movimentação de Resíduo no sistema MTR;
- b) Os resíduos da construção civil não podem ser dispostos em locais irregulares, como aterros de resíduos sólidos urbanos ou em lotes vagos, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;
- c) O transporte dos resíduos da construção civil Classe D (perigosos, como definidos no art. 3º da Resolução CONAMA nº 307/2002) está sujeito ao registro de Manifesto de Transporte de Resíduos (Sistema MTR Online - <http://www.fepam.rs.gov.br/mtr/>) e à emissão do Certificado de Destinação Final, exceto aqueles sujeitos à logística reversa;
- d) Deve ser implantada a logística reversa para os resíduos que possuam acordos setoriais implantados, com documentação própria de coleta e destinação, a saber: resíduos e embalagens de óleos lubrificantes pós-consumo; óleo lubrificante usado contaminado (OLUC); pilhas e baterias; pneus; e embalagens de aço (inclusive latas de tintas imobiliárias);
- e) Os resíduos gerados deverão ser comprovadamente destinados a locais licenciados para seu recebimento;
- f) A CONTRATADA deve segregar os resíduos na origem e acondicioná-los de modo a manter o potencial de reuso e reciclagem dos mesmos, bem como minimizar a geração de resíduos perigosos;
- g) As áreas destinadas à triagem, ao acondicionamento e ao armazenamento temporário de resíduos devem possuir estrutura adequada, a fim de evitar a contaminação ambiental, não devendo ainda incidir sobre áreas de preservação permanente e áreas alagadiças ou inundáveis;
 - Os resíduos classificados como não perigosos (Classe IIA e IIB) devem ser temporariamente armazenados em área impermeabilizada, isolada, sinalizada, com identificação dos resíduos, contenção de vazamentos (em caso de armazenamento de líquidos) e sistema de retenção de sólidos;
 - Os resíduos classificados como perigosos (Classe I) devem ser temporariamente armazenados em área impermeabilizada, coberta, isolada, sinalizada, com identificação dos resíduos, contenção de vazamentos, projetado e operado em conformidade com a NBR 12235;
- h) As lâmpadas inservíveis contendo mercúrio deverão ser armazenadas íntegras, embaladas e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;

i) A destinação dos resíduos Classe I com características de inflamabilidade deverá atender à Portaria FEPAM nº 16/2010.

10. QUANTO AOS ÓLEOS LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS, SE NECESSÁRIO:

a) As máquinas, veículos, empilhadeiras e outros equipamentos que apresentem vazamentos ou gotejamentos de óleo deverão ser imediatamente retiradas do serviço e conduzidas para o devido reparo;

b) A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa de retenção de areia e caixa separadora água/óleo.

11. QUANTO AOS RISCOS AMBIENTAIS:

Em caso de acidente, incidente ou sinistro com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, o Setor de Planejamento Ambiental deverá ser imediatamente informado pelo telefone (55) 3220-8498 ou (55)3220-9452.

12. AO FIM DA OBRA APRESENTAR, JUNTAMENTE COM A ART DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Documento com todas estruturas implantadas e declaração de que estão aptas a operar, acompanhado de: planta de localização e laudo técnico de conclusão e funcionalidade, com ART do responsável técnico.